Demonstrações Financeiras

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

31 de dezembro de 2016 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial consolidado	3
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social	5
Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa	
Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - benefício definido	7
Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - benefício definido	
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - benefício definido	
Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - contribuição definida	
Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - contribuição definida	
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - contribuição definida	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar ("Fundação") que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de março de 2016, que não conteve qualquer modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 17 de março de 2017.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP 015.199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC 1BA-022.650/O-0

Balanços patrimoniais consolidados 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo Disponível		1.714	788
Realizável		1.706.168	1.576.176
Gestão previdencial Gestão administrativa	7 8	3.571 55	3.124 61
Investimentos	9	1.702.543	1.572.991
Fundos de investimento Investimentos imobiliários Empréstimos e financiamentos		1.641.923 21.954 38.666	1.511.006 22.372 39.613
Permanente		520	464
Imobilizado		520	464

1.708.403	1.577.428
	1.708.403

	N-4-	2016	2015
Passivo Exigível operacional	Nota 10	2.828	1.434
Gestão previdencial Gestão administrativa Investimentos		1.265 1.527 36	664 749 21
Exigível contingencial	11	40.848	35.881
Gestão previdencial		40.848	35.881
Patrimônio social		1.664.727	1.540.113
Patrimônio de cobertura do plano	12	1.583.628	1.458.508
Provisões matemáticas		1.508.187	1.380.549
Benefícios concedidos Benefícios a conceder		956.388 551.799	831.763 548.786
Equilíbrio técnico		75.441	77.959
Superávit técnico acumulado		75.441	77.959
Fundos	13	81.098	81.605
Fundos previdenciais Fundos administrativos Fundos dos investimentos		40.988 38.036 2.074	44.471 35.403 1.731
Total do passivo		1.708.403	1.577.428

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
			_
Patrimônio social - início do exercício	1.540.113	1.462.626	5
Adições	251.960	198.175	27
Contribuições previdenciais Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão	24.719	20.667	20
previdencial	214.186	162.088	32
Receitas administrativas	7.964	11.433	(30)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão			
administrativa	4.749	3.740	27
Constituição de fundos de investimento	342	247	38
Destinações	(127.346)	(120.688)	6
Benefícios Constituição líquida de contingências - Gestão	(112.473)	(107.455)	5
previdencial	(4.794)	(5.099)	(6)
Despesas administrativas	(10.079)	(8.134)	24
Acréscimo no patrimônio social	124.614	77.487	61
Provisões matemáticas	127.638	75.521	69
Superávit técnico do exercício	(2.517)	(10.368)	(76)
Fundos previdenciais	(3.482)	5.048	(169)
Fundos administrativos	2.633	7.039	(63)
Fundos dos investimentos	342	247	`38
Patrimônio social - final do exercício	1.664.727	1.540.113	8

Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Fundo administrativo do exercício anterior 35.403 28.364 25 Custeio da gestão administrativa 12.712 15.173 (16) Receitas 12.712 15.173 (16) Custeio administrativo da gestão previdencial Taxa de administração de empréstimos e financiamentos 264 261 1 Resultado positivo líquido dos investimentos 4.749 3.740 27 Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadías (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.064) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas		2016	2015	Variação (%)
Receitas 12.712 15.173 (16) Custeio administrativo da gestão previdencial Taxa de administração de empréstimos e financiamentos 264 261 1 Resultado positivo líquido dos investimentos 4.749 3.740 27 Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Víagens e estadías (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.077) (743) 36 Despesas gerais (1.077) (743) 36 Despesas gerais (1.077) (743) 36 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241)	Fundo administrativo do exercício anterior	35.403	28.364	25
Custeio administrativo da gestão previdencial Taxa de administração de empréstimos e financiamentos 7.699 6.234 24 Resultado positivo líquido dos investimentos Outras receitas 4.749 3.740 27 Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadias (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.064) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários	Custeio da gestão administrativa	12.712	15.173	(16)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos 264 261 1 Resultado positivo líquido dos investimentos 4.749 3.740 27 Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadías (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51)	Receitas	12.712	15.173	(16)
financiamentos 264 261 1 Resultado positivo líquido dos investimentos 4.749 3.740 27 Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadias (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.007) (743) 36 Despesas gerais (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 60 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagen		7.699	6.234	24
Resultado positivo líquido dos investimentos Outras receitas 4.749 3.740 27 Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadias (1559) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) </td <td></td> <td>264</td> <td>261</td> <td>1</td>		264	261	1
Outras receitas - 4.938 (100) Despesas administrativas (10.079) (8.134) 24 Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos Treinamentos/congressos e seminários Viagens e estadias (159) (147) (8) (231) (251) (8) (8) Viagens e estadias Serviços de terceiros (1.007) (743) (36) (159) (147) (147) (1451) (122) 22 22 Despesas gerais (1.764) (1.451) (1.07) (793) (643) (23) (643) (23) 23 (018) (97) (11) 11 11 17/10/10 11 11 11 11 12		4.749	3.740	27
Administração previdencial (7.446) (5.852) 27 Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadías (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadías (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas <		-	4.938	(100)
Pessoal e encargos (3.349) (2.515) 33 Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadias (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas	Despesas administrativas	(10.079)	(8.134)	24
Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadias (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa	Administração previdencial	(7.446)	(5.852)	27
Treinamentos/congressos e seminários (231) (251) (8) Viagens e estadias (159) (147) 8 Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa	Pessoal e encargos	(3.349)	(2.515)	33
Serviços de terceiros (1.007) (743) 36 Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo administrativo 2.633 7.039 (63)				(8)
Despesas gerais (1.764) (1.451) 22 Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Depreciações e amortizações (108) (97) 11 Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Tributos (793) (643) 23 Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)			,	
Outras despesas (35) (5) 600 Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Administração dos investimentos (2.633) (2.282) 15 Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Pessoal e encargos (1.241) (1.119) 11 Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)	Outras despesas	(35)	(5)	600
Treinamentos/congressos e seminários (122) (51) 139 Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)	Administração dos investimentos	(2.633)	(2.282)	15
Viagens e estadias (47) (61) (23) Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)	Pessoal e encargos			11
Serviços de terceiros (400) (378) 6 Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Despesas gerais (688) (523) 32 Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Depreciações e amortizações (15) (14) 7 Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Tributos (114) (92) 24 Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Outras despesas (6) (44) (86) Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Sobra da gestão administrativa 2.633 7.039 (63) Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)				
Constituição do fundo adminstrativo 2.633 7.039 (63)	Outras despesas	(6)	(44)	(86)
	Sobra da gestão administrativa	2.633	7.039	(63)
Fundo administrativo do exercício atual 38.036 35.403 7	Constituição do fundo adminstrativo	2.633	7.039	(63)
	Fundo administrativo do exercício atual	38.036	35.403	7

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios – Benefício Definido 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativos	548.148	524.853	4
Disponível Recebível	539 10.150	4 10.248	13.375 (1)
Investimento	537.459	514.601	4
Fundos de investimento Investimentos imobiliários Empréstimos e financiamentos	526.544 8.678 2.237	503.133 8.844 2.624	5 (2) (15)
Obrigações	35.870	30.857	16
Operacional Contingencial	674 35.196	88 30.769	666 14
Fundos não previdenciais	6.967	7.328	(5)
Fundos administrativos Fundos dos investimentos	6.962 5	7.328	(5)
Ativo líquido	505.311	486.668	4
Provisões matemáticas Superávit técnico Fundos previdenciais	395.188 75.441 34.682	369.396 77.959 39.313	7 (3) (12)
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	75.441	77.959	(3)
Ajuste de precificação	44.962	50.469	(11)
Equilíbrio técnico ajustado	120.403	128.428	(6)

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - Benefício Definido 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	486.668	458.864	6
Adições	65.809	73.743	(11)
Contribuições	33	-	
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	65.776	73.743	(11)
Destinações	(47.166)	(45.939)	3
Benefícios Constituição líquida de contingências - gestão previdencial Custeio administrativo	(41.178) (4.268) (1.720)	(40.454) (4.365) (1.120)	2 (2) 54
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	18.643	27.804	(33)
Provisões matemáticas Fundos previdenciais Déficit técnico do exercício	25.793 (4.633) (2.517)	33.560 4.611 (10.367)	(23) (200) (76)
Ativo líquido - final do exercício	505.311	486.668	4
Fundos não previdenciais	6.967	7.328	(5)
Fundos administrativos Fundos dos investimentos	6.962 5	7.328	(5)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Benefício Definido 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Provisões técnicas	541.186	517.525	5
Provisões matemáticas	395.188	369.396	7
Benefícios concedidos	387.952	363.243	7
Benefício definido	387.952	363.243	7
Beneficio a conceder	7.236	6.153	18
Benefício definido	7.236	6.153	18
Equilíbrio técnico	75.441	77.959	(3)
Resultados realizados	75.441	77.959	(3)
Superávit técnico acumulado	75.441	77.959	(3)
Reserva de contingência Reserva para revisão de plano	75.441	71.848 6.111	5 (100)
Fundos	34.687	39.313	(12)
Fundos previdenciais Fundos dos investimentos - gestão previdencial	34.682 5	39.313 -	(12)
Exigivel operacional	674	88	666
Gestão previdencial Investimentos - gestão previdencial	672 2	84 4	700 (50)
Exigível contingencial	35.196	30.769	14
Gestão previdencial	35.196	30.769	14

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - Contribuição Definida 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativos	1.158.729	1.051.826	10
Disponível	907	664	37
Recebível	31.457	28.279	11
Investimento	1.126.365	1.022.883	10
Fundo de investimento	1.076.660	972.366	11
Investimentos imobiliários	13.276	13.528	(2)
Empréstimos e financiamentos	36.429	36.989	(2)
Obrigações	6.279	5.708	10
Operacional	627	597	5
Contingencial	5.652	5.111	11
Fundos não previdenciais	33.143	29.807	11
Fundos administrativos	31.074	28.075	11
Fundos dos investimentos	2.069	1.732	19
Ativo líquido	1.119.307	1.016.311	10
Provisões matemáticas	1.112.999	1.011.153	10
Fundos previdenciais	6.308	5.158	22

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - Contribuição Definida 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	1.016.311	973.913	4
Adições	180.795	115.246	57
Contribuições	32.385	26.901	20
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	148.410	88.345	68
Destinações	(77.800)	(72.848)	7
Benefícios Constituição líquida de contingências - gestão	(71.294)	(67.000)	6
previdencial	(527)	(734)	(28)
Custeio administrativo	(5.979)	(5.114)	17
Acréscimo no ativo líquido	102.995	42.398	143
Provisões matemáticas Fundos previdenciais	101.845 1.150	41.961 437	143 163
Ativo líquido - final do exercício	1.119.306	1.016.311	10
Fundos não previdenciais	33.143	29.807	11
Fundos administrativos Fundos dos investimentos	31.074 2.069	28.075 1.732	11 19

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Contribuição Definida 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Provisões técnicas	1.127.655	1.023.751	10
Provisões matemáticas	1.112.999	1.011.153	10
Benefícios concedidos	568.436	468.520	21
Contribuição definida	568.436	468.520	21
Beneficio a conceder	544.563	542.633	
Contribuição definida	544.563	542.633	
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) Saldo de contas - parcela participantes	238.781 305.782	239.358 303.275	1
Fundos	8.377	6.890	22
Fundos previdenciais Fundos dos Investimentos - gestão previdencial	6.308 2.069	5.158 1.732	22 19
Exigível operacional	627	597	5
Gestão previdencial Investimentos - gestão previdencial	593 34	580 17	2 100
Exigível contingencial	5.652	5.111	11
Gestão previdencial	5.652	5.111	11

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar ("FAELBA" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, localizada à Avenida Tancredo Neves, 450, sala 3.302, Caminho das Árvores, Salvador-BA, constituída em 31 de outubro de 1974 sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 1.681, de 6 de julho de 1979, publicada no DOU de 10 de julho de 1979, processo MPAS nº 301.855/79.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgadas pelo Banco Central do Brasil, tendo como órgão fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados e/ou instituídos, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e assegurar a seus participantes (ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas) as prestações estabelecidas em seus planos de benefícios previdenciários mediante seus respectivos regulamentos.

De acordo com artigo 34 da Lei Complementar nº 109/01, a FAELBA é uma Entidade multipatrocinada que atualmente administra dois planos de benefícios previdenciários, quais sejam:

a) Plano de Benefício Definido - BD

Denominado Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC sob o nº 19.740.005-83, é um plano coletivo, de característica solidária, em que os participantes e o patrocinador contribuem para o plano. Nesse modelo de plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos salários reais de contribuição (SRC), devidamente corrigidos pelos índices de reajuste salarial do patrocinador. O plano BD está fechado à novas adesões desde 30 de setembro de 1998. Além dos assistidos, o plano ainda conta com participantes ativos remanescentes do processo de migração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

b) Plano de Contribuição Definida - CD

Denominado Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - FAELFLEX, é registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) sob o nº 19.980.036-47. Nesse modelo de plano, no momento da filiação do participante fica definido o valor que ele e o patrocinador vão contribuir mensalmente. Essas contribuições, do participante e do patrocinador, acrescidas das rentabilidades mensais, formam a reserva matemática do participante no plano de benefício. Esse montante será o suporte para o pagamento dos benefícios, quando o participante reunir as condições para se aposentar. Esse plano encontra-se aberto a novas adesões.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia COELBA, a própria FAELBA Fundação Coelba de Previdência Complementar e Tracol Serviços Elétricos Ltda. No plano de contribuição definida (CD), para os exercícios findos em 2016 e 2015, as patrocinadoras COELBA e FAELBA contribuíram com valor igual à contribuição do participante, mais 0,51% (0,51% em 2015) do salário real de contribuição dos participantes ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 2,00% (2,00% em 2015) para cobertura das despesas administrativas. Para a patrocinadora Tracol ficou estabelecido o valor igual à contribuição do participante, mais 0,76% (0,76% em 2015) do salário real de contribuição dos participantes ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 1,41% (1,41% em 2015) para cobertura das despesas administrativas.
- Das contribuições de seus participantes, em que o participante do Plano CD no momento da sua filiação dispõe de cinco faixas de contribuição: 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição. Conjuntamente a isso, o patrocinador passa a contribuir com igual valor, formando a sua reserva matemática. Já para os participantes do Plano BD, em dezembro de 2010 ocorreu a quitação do Plano BD e consequente suspensão definitiva das contribuições, em decorrência do superávit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010, conforme parecer atuarial.
- Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações (Resoluções Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 e nº 3.846, de 25 de março de 2010), estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Plano de Contribuição Definida - CD--Continuação

A Entidade aplica a totalidade de seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía um total de 5.370 (5.313 em 2015) participantes, conforme composição a seguir:

	Participar	P Participantes ativos			Pensio	Pensionistas		Total	
Plano	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Benefício definido	5	6	720	738	251	253	976	997	
Contribuição definida	2.990°	2.989(*)	1.404()	1.327()	-	-	4.394	4.316	
	2.995	2.995	2.125	2.065	250	253	5.370	5.313	

^(*) Este número contempla participantes em condições de vinculados, autopatrocinados e desligados, suspensos, cancelados e auxílio doença.

Perfis de investimento

A FAELBA implantou os perfis de investimento para o plano misto de benefícios previdenciários nº 1 - FAELFLEX, a partir de março de 2008 possibilitando aos participantes desse plano, optar por uma das três modalidades de perfis:

O perfil básico, em que os recursos são aplicados 100% em renda fixa, imóveis, operações com participantes e estruturados;

O perfil diferenciado, em que o participante pode optar pela alocação de 10% a 50% da sua reserva matemática em renda variável; e

Implantado em janeiro de 2014, o perfil Conservador aplica 100% do patrimônio em ativos indexados ao CDI e/ou SELIC em um fundo de renda fixa condominial fechado.

^(**) Este número contempla participantes em condições de pecúlio e aguardando concessão de pecúlio morte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Plano de Contribuição Definida - CD--Continuação

Os três perfis de investimento estão com as seguintes composições acumuladas das reservas em 31 de dezembro de 2016:

Perfil	Qtde de participantes	Volume de recursos (*)	Rentabilidade (%)
Básico	887	689.528	14,24
Diferenciado	2.233	103.069	24,33
Conservador	1.174	325.644	13,33
Total	4.394	1.118.241	

^(*) Não incluído o saldo de R\$ 5.242 relativo à valorização das cotas ainda não incorporadas.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e alterações e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Apresentação das demonstrações financeiras

A estruturação contábil e as demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 3 (três) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, em consonância com a Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações, as quais sejam:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

- Gestão previdencial atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- Gestão administrativa atividade de registro e de controle das receitas e despesas administrativas, do ativo permanente, bem como dos fatos inerentes à administração dos planos de benefícios.

Os registros das operações administrativas são efetuados em um ambiente contábil denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio chamado fundo administrativo, segregado por plano de benefícios.

 Fluxo dos investimentos - atividade de registro e controle referentes à aplicação dos recursos da gestão previdencial e da gestão administrativa. Tais registros são efetuados em contas específicas dentro de cada gestão.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2017.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2016, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (ver Nota explicativa nº 13), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (ver Nota explicativa nº 12), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, são escrituradas pelo regime de competência.

b) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

Para o plano BD são apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Para o plano CD, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos participantes. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões--Continuação

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

i) Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

i) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

ii) Provisão para contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no ativo realizável.

iii) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do plano de benefícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

- c) Provisões--Continuação
 - iv) Provisões matemáticas--Continuação
 - Benefícios concedidos correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
 - Benefícios a conceder registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a nota técnica atuarial.

d) Ativo realizável - fluxo de investimentos

Na gestão dos seus investimentos a Entidade utiliza a estrutura UNIFUNDO, em que os recursos financeiros são aplicados solidariamente entre os planos de benefícios e a estrutura MULTIFUNDO que tem por característica a gestão individualizada dos recursos financeiros por planos de benefícios. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

i) Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em parecer atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (*pro rata*) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados desses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

- d) Ativo realizável fluxo de investimentos--Continuação
 - i) Ações e fundos de investimentos de ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

ii) Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos. As receitas provenientes dos aluguéis são registradas no resultado, na rubrica "Investimentos imobiliários" na gestão de investimentos.

iii) Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização desses créditos. Entende-se por valor atualizado, o valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

- d) Ativo realizável fluxo de investimentos--Continuação
 - iv) Operações com participantes -- Continuação

Os empréstimos a participantes são remunerados de acordo com os critérios abaixo:

Modalidade	Prazo	Participantes	Taxa de juros 2016	Taxa de juros 2015
Empréstimo pré-fixado	-	Plano BD e CD		11,93% a.a. 12,53% a.a. 13,12% a.a.
Empréstimo pós-fixado (*)	De 1 a 60 meses De 1 a 72 meses	Plano BD Plano CD	INPC + 4,60% a.a.	INPC + 4,60% a.a.
Empréstimo emergencial	Até 12 meses	Plano BD e CD	INPC + 4,60% a.a.	INPC + 4,60% a.a.

^(*) Também chamado de empréstimo flutuante

Em novembro de 2015, por determinação do Conselho Deliberativo da FAELBA, foram suspensas novas concessões de empréstimo na modalidade pré-fixada, bem como concessões de empréstimos a participantes em situação de resgate parcelado.

Taxa de risco

Taxa cobrada mensalmente sobre as parcelas dos empréstimos concedidos a participantes do Plano CD e no ato da concessão a empréstimos concedidos a participantes do Plano BD para constituição de fundos com a finalidade específica de liquidar o saldo devedor do participante em caso de falecimento.

Plano CD	
Modalidade	Taxa de risco
Pós-fixado	0,03% a.m.
Emergencial	0% a.m.

Plano BD

_	Taxa d	le risco	Prazo máximo de amortização		
Faixa etária na concessão	Sem aval	Com aval	Pós-fixado	Emergencial	
Até 60 anos	0,41%	-	60 meses	12 meses	
De 61 a 65 anos	0,80%	-	60 meses	12 meses	
De 66 a 70 anos	0,85%	Sim	48 meses	12 meses	
De 71 a 75 anos	1,06%	Sim	24 meses	12 meses	
Acima de 75 anos	1,34%	Sim	12 meses	12 meses	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição e direito do uso de *Software*, deduzidos de depreciação e amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos.

f) Operações administrativas

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. O critério para determinação do saldo do fundo administrativo está descrito na Nota Explicativa nº 13 b).

As fontes de custeio da gestão administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

Imposto de renda e PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053 que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, onde o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

7. Realizável da gestão previdencial

Registra os valores a receber e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, observando-se o plano de custeio. As contribuições são reconhecidas pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição definida que são efetuados com base no regime de caixa.

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está composta conforme discriminado a seguir:

	2016	2015
Contribuições normais do mês		
Autopatrocinados	-	1
Outros recursos a receber		
Outros recursos a receber	3	-
Depósitos judiciais/recursais		
Depósitos judiciais	3.568	3.123
	3.571	3.124

8. Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Contribuições para custeio		
Responsabilidade de empregados	55	58
Responsabilidade de terceiros	-	3
	55	61

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos consolidados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentados a seguir:

	2016	2015
Fundos de investimento	1.641.923	1.511.006
Renda fixa Ações Multimercado Participações	1.047.622 112.688 473.666 7.947	909.343 120.235 474.961 6.467
Investimentos imobiliários Aluguéis e renda Uso próprio Locadas a terceiros Rendas de participações	21.954 1.525 5.546 14.883	22.372 1.552 5.621 15.199
Empréstimos e financiamentos	38.666	39.613
	1.702.543	1.572.991

Investimentos por Plano

A Entidade aplica os recursos dos planos de benefícios nos segmentos conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e estão posicionados em 31 de dezembro de 2016 da seguinte forma:

	BD	CD	PGA	Total
Renda fixa				
Fundos de renda fixa	525.070	483.832	38.719	1.047.621
Multimercados Renda variável	-	445.645	•	445.645
Fundos de ações Investimentos estruturados	-	101.062	-	101.062
Participações	1.411	6.377	-	7.788
A receber	63	96	-	159
Multimercados Investimentos no exterior	-	28.021	-	28.021
Fundos de ações	-	11.627	-	11.627
	526.544	1.076.660	38.719	1.641.923
Imóveis	8.678	13.276	_	21.954
Operações com participantes	2.237	36.429	-	38.666
	537.459	1.126.365	38.719	1.702.543

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)—Continuação

Em dezembro de 2016, houve o encerramento do BNY Mellon GTD Fundo de Investimentos em Participações. No entanto, a liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2017, sendo que R\$ 96 para o Plano CD e R\$ 63 para o Plano BD.

	2016	2015
FIP GTD - CD	_	187
FIP GTD - BD		122
		309

Desempenho por segmento de investimentos

				Rentabilidade dos ativos plano BD		Rentabilidade dos ativos plano CD		idade dos s PGA
Segmentos	% Ano 2016	% Ano 2015	% Ano 2016	% Ano 2015	% Ano 2016	% Ano 2015	% Ano 2016	% Ano 2015
Renda fixa	14.00	14.21	13.41	16.70	14.36	12.75	13.72	13.16
Renda variável	25.20	(10.31)	-	-	25.20	(10.31)		-
Investimentos no exterior	(14.58)	46.04	-	-	(14.58)	46.04	-	_
Investimentos estruturados	11.97	(14.85)	1.16	(56.05)	12.57	(8.10)	-	_
Investimentos imobiliários	7.58	7.04	7.58	7.04	7.58	7.04	-	_
Operações com participantes	13.49	14.64	14.43	10.39	13.35	15.32	-	_
Média do rendimento	14,32	11.47	13.29	15.87	14.86	9.26	13.72	13.16

Investimentos em participações

No segundo semestre de 2013 a FAELBA fez aporte em ações da GTD Participações no Fundo de Investimentos em Participações denominado BNY MELLON GTD FIP, que foi criado com o intuito de viabilizar o fechamento de capital e posterior extinção da GTD Participações.

Investimentos no exterior

Considerando a necessidade de diversificação das estratégias, em maio de 2014 a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimentos no exterior, voltados à atuação global (companhias domiciliadas ou com atividades em países desenvolvidos e com alto crescimento em dividendos) e a mercados desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão, Canadá, dentre outros).

O segmento de investimento no exterior no plano CD apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio de R\$ 11.627 (R\$ 7.040 em 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, respectivamente, a composição dos títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, devendo ser precificados a valor de mercado.

ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

A composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

- i) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - a) <u>Títulos para negociação</u>--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição		TOTAL		PGA	BD	CD	VENCIMENTO
Besonyao	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Titulos para negociação	67.631	1.001.743	1.164.560	38.719	47.667	1.078.173	
Títulos públicos			1.670		60	1.610	
Títulos Públicos Federais			1.670		60	1.610	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-		1.670	-	60	1.610	
Fundos de Investimentos	67.631	1.001.743	1.162.890	38.719	47.607	1.076.564	
Renda Fixa	715	39.105	84.915	38.719	46.196		
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RE	24	33.134	38.719	38.719		·	
LFT	2	10.760	13.917	13.917		-	2018 a 2022
LTN	22	15.667	18.087	18.087		-	2018 a 2020
Op Compromissadas LTN-O	-	6.707	6.710	6.710			2020
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	0.5	5	5	::::		2020
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	691	5.971	46.196	-	46.196		
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	690		42.287		42.287	*	
DEBENTURES	1	5.196	3.154		3.154		2017 a 2020
Op Compromissadas LTN-O		775	775		775		2019
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber		(*)	(20)		(20)	*	
Ações	65.469	174.083	202.038			202.038	
FT FEF CD FIA	2.895	55.633	55.386			55.386	
Ações	2.767	47.773	52.089			52.089	
Cotas de Fundo	128	7.860	7.860	2	14	7.860	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber			(4.563)	=	-	(4.563)	
Cotas de Fundos Abertos	62.574	118.450	146.651	-		146.651	
CAIXA IMA-B5 RF LP	28.465	48.627	61.328	-		61.328	
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	6.292			6.292	
BBM VALUATION II FIA	7.541	6.500	11.465	*		11,465	
BNY ARX EXTRA FIF	207	1.000	1.583			1.583	
PLURAL EHGE30 FICFIM	4.761	6.000	7.528			7.528	
POLLUX AÇOES INST I	4.071	6.427	8.166			8.166	
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	6.273			6.273	
GARDE DARTA FIC FIM	3.274	5.000	5.383		-	5.383	
BB MM BLACKROCK IE	4.252	6.158	7.068	8*8	120	7.068	
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	9.385			9.385	
VOTO ALLIA EURO EQ G	3.364	4.842	4.559	120		4.559	
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	3.084			3.084	
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	1.625	140		1.625	
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	2.470			2.470	
SAFRA GALILEO FIMM	23	8.000	10.444			10.444	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

- ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - a) <u>Títulos para negociação</u>--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016--Continuação

Descrição -		TOTAL		PGA	BD	CD	VENCIMENT
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Multimercados	1.409	391.812	445.645			445.645	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	32	134.017	153.627		-	153.627	
LF	0	3.033	3.563		-	3.563	2017 a 2018
LFT	11	75.755	91.148	-		91.148	2017 a 2020
LTN	1	636	812		3.5	812	2019
NTN-B	17	48.031	51.044			51.044	2017 a 2050
NTN-F	4	3.212	3.717			3.717	2021 a 2025
Debentures	-	2.242	2.251			2.251	2019 a 2020
Op Compromissadas LTN-O		1.108	1.108	-		1.108	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber			(16)			(16)	
ITAU FIM FEF CD	28	147.370	153.658			153.658	
LF -	0	24,000	26.466			26.466	2017 a 2019
LFT	8	64.830	67.823	-		67.823	2017 a 2019
NTN-B	20	58.540	59.383			59.383	2017 a 2055
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber			(14)			(14)	2017 11 2000
HSBC FIM FEF CD	11	63.424	70.551			70.551	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	0		1.631			1.631	
DEBENTURES	1	4.248	5.208			5.208	2018 a 2020
LF	0	3.600	4.668			4.668	2017
LFS	0	3.600	3.814	(00)		3.814	2017
LFT	4	31.783	35.388			35.388	2018 a 2022
NTN-B	6	17.333	18.518			18.518	2017 a 2050
Op Compromissadas LTN-O	9	2.860	2.861	_		2.861	2019
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber		2	(1.538)		2	(1.538)	2013
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	1.337	47.002	67.809			67.809	
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	1.336		14.685	-	 	14.685	
CHE 9 FIDC SEN	1		726		-	726	
FIDC RCI BRASIL I	1	-	554			554	
QUEST YIELD FIC FIRF	191	2	299			299	
ITAU INST ALOCAÇÃO D	207		2.652	120	-	2.652	
MODAL MULT INST FIF	514		2.275			2.275	
SILVERADO 6 SER MAX	1		35	-		35	
SULAM RF ATIVO FILP	40		1.409	(*)		1.409	
SULAM INFLATIE FIRFL	93		2.705			2.705	
Sul America Ind FIRF	289		4.030			4.030	
DEBENTURES	1	6.136	6.379			6.379	2018 a 2022
LF	0	3.300	3.899			3.899	2017
LFSN	0	10.800	14.138			14.138	2021 a 2022
LFT	1	6.771	8.742			8.742	2020 a 2021
Op Compromissadas LTN-O		19.995	20.005	-	-	20.005	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber		-0	(39)		9	(39)	(7 77.7.7.)
Referenciado	38	396.743	422.504	-		422.504	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	38	396.743	422.504		 	422.504	
LFT	38	291.582	317.309			317.309	2017 a 2022
Op Compromissadas LFT-O	260 e	105.161	105.215		2	105.215	2022
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber		10001000	(20)	1-		(20)	
articipações	0	-	7.788		1.411	6.377	
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0		4.436		1.411	3.024	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal II FIP	0		940			940	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal FIP	0		2.412			2.412	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

- ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - a) <u>Títulos para negociação</u>--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015:

		TOTAL		PGA	BD	CD	VENCTO
Descrição	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação	90.101	967.192	1.015.870	35.507	7.997	972.366	
Fundos de Investimentos	90.101	967.192	1.015.870	35.507	7.997	972.366	
Renda Fixa	376	31.997	41.968	35.507	6.461		
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RF	19	24.893	35.507	35.507			
LFT	2	12.568	15.512	15.512		-	2016 a 2020
LTN	17	12.325	13.103	13.103	-		2017 a 2019
Op Compromissadas LTN-O	8	6.884	6.887	6.887		-	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-		4	4			
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	356	7.104	6.461		6.461		
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	355	1.908	1.908	-	1.908	-	
DEBENTURES	1	5.196	4.577	-	4.577	2	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber			(25)	(-)	(25)	2	
Ações	80.682	219.890	211.368	-		211.368	
FT FEF CD FIA	2.375	48.308	43.184	-	-	43,184	
Ações	2.326	45.682	40.058		-	40.058	
Cotas de Fundo	49	2.626	2.626			2.626	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	500	-		500	
Cotas de Fundos Abertos	78.307	171.582	168.185	-		168.185	
GAVEA ACOES FIC FIA	33	6.427	5.942	-		5.942	
BB PREV IMAB5+ RF TP	12.796	19.697	19.805	_		19.805	
CAIXA IMA-B5 RF LP	28.465	48.627	53.241			53.241	
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	5.146	-	-	5.146	
BBM VALUATION II FIA	7.541	6.500	8.800		-	8.800	
BNY ARX EXTRA FIF	207	1.000	1.270			1.270	
HSBC DEVL MKT FIM IEP	1.623	2.000	3.481	-	-	3.481	
ARX FIA	407	13.030	4.000	-		4.000	
PLURAL EHGE30 FICFIM	4.761	6.000	7.135	-		7.135	
POLLUX AÇOES INST I	4.071	6.427	6.181	-		6.181	
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	4.795	-		4.795	
GUEPARDO INST 60 FIA	1.557	2.000	1.129	-		1.129	
BB MM BLACKROCK IE	1.809	2.000	3.559	-		3.559	
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	7.564	-	-	7.564	
GUEPARDO INST FICFIA	1.775	3.739	2.396	-		2.396	
BTGPACTUAL DIVID FIA	5.916	15.264	13.559	-	-	13.559	
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	2.666			2.666	
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	1.702	-	-	1.702	
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	2.170			2.170	
VICTOIRESMALL CAPFIA	701	1.500	790			790	
SAFRA GALILEO FI MM	23	6.000	7.018	4.5		7.018	
FIASULAMTARPONGOVERI	5	5.475	5.839			5.839	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

- ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - a) <u>Títulos para negociação</u>--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015--Continuação

		TOTAL		PGA	BD	CD	VENCTO
Descrição	Quant	Valor de	Valor	Valor	Valor	V-1 C 40.21	
	Quant	Custo	Contábil	Contábil	Contábil	Valor Contábil	
ítulos para negociação							
Multimercados	8.984	417.855	456.873			456.873	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	37	119.679	129.180	-		129.180	
LF	0	8.157	9.818		-	9.818	2016 a 2018
LFT	9	61.643	68.229			68.229	2018 a 2020
LTN	1	636	632	(€)	-	632	2019
NTN-B	15	39.970	41.295	()	-	41.295	2016 a 2055
NTN-F LFS	4	3.212	2.969		-	2.969	2021 a 2025
Op Compromissadas LTN-O	0	600	730	15	-	730	2022
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	<u>'</u>	5.461	5.464 45	-	-	5.464 45	2018
			45			43	
ITAU FIM FEF CD	25	114.263	122.888		-	122.888	
LF	0	15.300	17.800		-	17.800	2016 a 2018
LFT	8	54.855	60.460			60.460	2017 a 2020
Opções		20	0	150	-	0	
NTN-B	17	44.088	44.644	•	-	44.644	2016 a 2055
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(16)		-	(16)	
HSBC FIM FEF CD	5,653	128.595	145.264			145.264	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	1.702	9.154	9.154			9.154	
DEBENTURES	1	4.249	5.454		2	5,454	2018 a 2020
LF	0	14.700	17.477			17.477	2016 a 201
LFS	0	3.600	3.856	-	-	3.856	2017
LFT	7	42.924	48.605	345	2	48.605	2016 a 202
LTN	27	22.414	27.979		-	27.979	2016
NTN-B	10	25.028	26.938	(*)	*	26.938	2016 a 2023
NTN-F	6	6.021	5.262	-	-	5.262	2021
Swap	3,900	504	504	-	-	504	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	36			36	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	3,269	55.318	59,540	-		59,540	
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	3.261	18.448	18.448		-	18.448	
CHE 9 FIDC SEN	1	727	727	-		727	
FIDC RCI BRASIL I	1	554	554	-		554	
QUEST YIELD FIC FIRF	191	263	263	2	-	263	
FIDC MONSANTO II 2S	0	397	397			397	
FIDC EXODUS 04 EMIS	0	300	300		-	300	
PLURAL CAPINSTFICFIM	1.795	3.465	3.465	2	-	3.465	
PLURAL INST 15 FIC	825	1.101	1.101	9	-	1.101	
SILVERADO 6 SER MAX	1	567	567		-	567	
SULAMERICAEXCELLENDI	116	6.025	6.025	-	-	6.025	
SULAM INFLATIE FIRFL	93	2.154	2.154	2	-	2.154	
Sul America Ind FIRF	239	2.894	2.894	-		2.894	
DEBENTURES	1	2.760	3.517		-	3.517	2018 a 2020
LF	0	4.201	4.460	-	-	4.460	2016 a 2017
LFSN	0	10.800	12.158	8	-	12.158	2021 a 2022
LFT	2	13.795	15.654			15.654	2019 a 2021
Op Compromissadas LTN-O	6	5.314	5.317	-	-	5.317	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(14)	_	-	(14)	
Referenciado	53	290.566	299.193			299,193	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	53	290.566	299.193	-	-	299.193	
LFT	33	235.611	244.193	₹	-		2016 a 2021
Op Compromissadas NTN-O Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	20	54.955	55.013			55.013	2017
resouranta-Contas a ragar/receber	1.5	-	(12)		-	(12)	
Participações	1		6.468		1.536	4.931	
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0		4.444		1.414	3.030	
Cotas de Fundos - BNY Mellon GTD FIP	0	-	309		122	187	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal FIP	0						

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

- ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - a) <u>Títulos para negociação</u>--Continuação

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data de encerramento do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Ações de companhias abertas, cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os certificados de depósito bancário (CDB) são valorizados com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data de publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

- ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - b) <u>Títulos mantidos até o vencimento</u>

Em 31 de dezembro de 2016:

		BD		VENCIMENTO
Descrição	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	
Fitulos mantidos até o vencimento	160	369.711	516.934	
Fundos de Investimentos	160	369.711	516.934	
Renda Fixa	160	369.711	516.934	
HSBC FIRF FEF ATUARIAL BD	160	369.711	516.934	
LFT	2	13.563	20.067	2017
LFT	1	3,429	5.073	2018
LFT	0	1.501	2.220	2019
LFT	0	200	202	2022
NTN-B	3	5.171	8.354	2020
NTN-B	27	46.193	77.334	2024
NTN-B	6	14.602	18.306	2030
NTN-B	31	52.742	85.744	2035
NTN-B	25	57.710	79.270	2040
NTN-B	50	135.312	169.817	2050
NTN-B	10	27.873	31.130	2055
NTN-C	2	3.519	6.155	2017
NTN-C	4	7.896	13.262	2021

Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	BD				
Descrição	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil		
l'ítulos mantidos até o vencimento	162	368.433	495.136		
fundos de Investimentos	162	368.433	495.136		
Renda Fixa	162	368.433	495.136		
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	162	368.433	495.136		
LFT	2	13.563	17.600	2017	
LFT	1	3.429	4.450	2018	
LFT	1	4.235	5.494	2019	
LFT	1	8.922	10.352	2020	
NTN-B	6	11.009	17.663	2017	
NTN-B	3	5.171	7.816	2020	
NTN-B	31	53.747	83.916	2024	
NTN-B	6	14.602	17.149	2030	
NTN-B	31	52.742	80.313	2035	
NTN-B	25	57.710	74.464	2040	
NTN-B	44	116.410	141.772	2050	
NTN-B	6	15.479	16.128	2055	
NTN-C	2	3.519	5.705	2017	
NTN-C	4	7.896	12.313	2021	

Os títulos da FAELBA mantidos até o vencimento têm prazos entre 2017 a 2055.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (Planos previdenciais e PGA)--Continuação

- ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação
 - b) <u>Títulos mantidos até o vencimento</u>--Continuação

De acordo com o estudo de fluxo das obrigações ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a Administração da Entidade realizou no exercício de 2016 operações de alongamento de títulos públicos federais dentro do Fundo de Investimentos do Plano BD denominado FEF - HSBC FI RENDA FIXA FEF ATUARIAL BD (compras de NTN-Bs com vencimentos em 2050), conforme descrito na tabela abaixo:

Data da operação	Título	Vencimento	C/V	Qtde	Taxa de carregamento	Taxa negociada
13/05/2016	NTN-B	15/08/2024	V	1.800	6,9300%	5,7710%
13/05/2016	NTN-B	15/08/2024	V	2.500	6,4500%	5,7710%
13/05/2016	NTN-B	15/08/2055	С	4.205	_	5.8490%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	2.419	7,2100%	6.1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	287	4.2400%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	1.090	6.3500%	6.1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	1.850	7,0300%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	51	6,6500%	6.1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	671	4,6300%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/08/2050	С	6.213	-	5,9500%

O objetivo apontado pelo estudo do fluxo das obrigações ALM foi ajustar a liquidez dos ativos do Plano BD a suas necessidades atuariais e mitigar o risco de reinvestimento, já que os títulos públicos adquiridos possuíam taxas superiores a meta atuarial (INPC + 4,10% a.a em 2016), tendo como efeito a melhora da solvência patrimonial do plano.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Ajuste de precificação

A FAELBA adotou desde o exercício de 2014 a precificação de ativos em consonância com as Resoluções MPS/PREVIC/DC nos 15 e 16, ambas de 12 de novembro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (Planos previdenciais e PGA)--Continuação

ii) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação

b) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação

Ajuste de precificação--Continuação

O valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos até vencimento para o exercício de 2016 foi de R\$ 44.962 (R\$ 50.469 em 2015), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Vencimento	Quantidade	PU Taxa de aquisição	PU recalculado	VIr. contábil	VIr. ajustado	Ajuste
NTN-B	15/08/2020	2.800	2.983	3.181	8.353	8.907	554
NTN-B	15/08/2024	10.150	2.865	3.333	29.080	33.833	4.753
NTN-B	15/08/2024	10.000	2.870	3.333	28.699	33.333	4.634
NTN-B	15/08/2024	1.300	2.680	3.333	3.483	4.333	850
NTN-B	15/08/2024	5.441	2.956	3.333	16.082	18.136	2.054
NTN-B	15/08/2030	2.008	3.056	3.518	6.136	7.064	928
NTN-B	15/08/2030	1.915	2.741	3.518	5.249	6.737	1.488
NTN-B	15/08/2030	2.350	2.945	3.518	6.922	8.267	1.345
NTN-B	15/05/2035	6.450	2.764	3.591	17.825	23.160	5.335
NTN-B	15/05/2035	9.500	2.752	3.591	26.146	34.112	7.965
NTN-B	15/05/2035	1.600	2.887	3.591	4.404	5.745	1.342
NTN-B	15/05/2035	7.998	2.842	3.591	23.093	28.718	5.625
NTN-B	15/05/2035	3.000	2.884	3.591	8.527	10.772	2.245
NTN-B	15/05/2035	2.000	3.071	3.591	5.769	7.181	1.413
NTN-B	15/08/2040	1.500	3.090	3.737	4.606	5.606	999
NTN-B	15/08/2040	3.371	3.692	3.737	10.416	12.598	2.182
NTN-C	01/07/2017	1.667	3.563	3.734	6.155	6.224	70
NTN-C	01/04/2021	3.722	3.563	3.880	13.261	14.442	1.181
					224.206	269.168	44.962

c) Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31/12/2015	Depreciação do exercício	Saldos em 31/12/2016
Uso próprio Locados a terceiros	1.538 5.602	(28) (108)	1.510 5.495
Rendas de participações	15.199 22.339	(316)	14.883
Aluguéis a receber	33		66
Total	22.372		21.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Realizável dos investimentos (planos previdenciais e PGA)--Continuação

d) Empréstimos a participantes

O resumo das operações com participantes está a seguir demonstrado:

	Plano BD		Pland	Plano CD		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Empréstimos a participantes	2.237	2.623	36.429	36.990	38.666	39.613	
	2.237	2.623	36.429	36.990	38.666	39.613	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa à inadimplência de operações de empréstimos e financiamentos, constituída conforme estabelecido na legislação vigente, possuía em dezembro de 2016 um saldo de R\$ 5.414 (R\$ 4.598 em 2015).

10. Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são assim demonstrados:

Gestão previdencial

	2016	2015
Benefícios a pagar	8	7
Retenções a recolher	743	505
Recursos antecipados	40	35
Outras exigibilidades	474	117
	1.265	664

Gestão administrativa

	2016	2015
Contas a pagar		
Fornecedores	599	196
Pessoal	542	378
Credores diversos	218	72
Retenções a recolher	88	36
Tributos a recolher	80	67
	1.527	749

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. Exigível operacional -- Continuação

Investimentos

	2016	2015
Investimentos imobiliários	6	6
Empréstimos e financiamentos	19	8
Relacionados com o disponível	11	7
. A contract of the contract o	36	21

11. Exigível contingencial

A FAELBA registra os valores de depósitos judiciais efetuados, bem como as expectativas de perda das ações classificadas como possíveis e prováveis das demandas judiciais relativas aos seus planos de benefícios previdenciários de acordo com os relatórios mensais das consultorias jurídicas relativos às ações cíveis, trabalhistas e fiscais ajuizadas.

A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 40.848 (R\$ 35.881 em 2015) segregadas por planos previdenciais conforme a seguir:

2016	2015
17.295	15.168
17.901	15.602
35.196	30.770
2.497	1.771
3.155	3.340
5.652	5.111
40.848	35.881
	17.295 17.901 35.196 2.497 3.155 5.652

a) Contingências ativas

Reparação de danos

A FAELBA em conjunto com seu patrocinador COELBA moveu ação ordinária de reparação de danos contra seu ex-diretor administrativo-financeiro, cuja gestão ocorreu no período de maio de 1991 a agosto de 1992, por entender que foram prejudicadas em decorrência de atos do diretor administrativo financeiro da Fundação.

A petição de cumprimento de sentença, continua aguardando despacho do Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública, porquanto no curso do processo, na fase de Recurso de Apelação, o Réu veio a falecer e em decorrência desse fato o Juízo tem encontrado dificuldade de proceder a citação dos sucessores para integrar o processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Exigível contingencial -- Continuação

a) Contingências ativas -- Continuação

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

Em 1986 a OFND foi criada por meio do Decreto-Lei nº 2.288, com o objetivo de financiar o desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na ampliação das atividades econômicas do país.

Em 1991 a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na qualidade de substituta processual das suas filiadas ajuizou ação, com o objetivo de assegurar às associadas o refazimento dos cálculos com a atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento e dos respectivos rendimentos, adotando-se o IPC no lugar do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento dos valores resultantes desse novo cálculo devidamente corrigidos.

Em 2011, a ABRAPP deu início ao processo de Execução, e a Entidade recebeu em 14/10/2011 o Ofício nº 4650/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, fazendo referência à ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) movida pela ABRAPP a favor de suas associadas contra a União Federal. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em face da decisão judicial favorável às EFPC e considerando a manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC, quanto ao registro contábil da ação em curso, informa que na atual fase do processo não é possível apurar os valores devidos ainda pendentes de liquidação e não há embasamento jurídico para o registro contábil.

A PREVIC determinou às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, de acordo com o princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC de nº 750/1993, alterada pela Resolução CFC de nº 1.282/2010 e a Resolução CFC de nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A FAELBA não tem contabilizado nenhum ativo ou contingências, referente a expurgos inflacionários incidentes sobre OFND, decisão tomada por não encontrar documentos comprobatórios suficientes para os cálculos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Exigível contingencial—Continuação

a) Contingências ativas--Continuação

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)--Continuação

Em setembro de 2014 foi julgado o Agravo de Instrumento interposto pela ABRAPP em face da decisão que determinou a execução do acórdão em que foi reconhecido que as OFNDs adquiridas pelas filiadas da associação deve ser proposta e processada ação individualmente, por cada entidade. O acórdão trouxe por a necessidade de uma liquidação de sentença, com vistas a apurar de forma individualizada o crédito de cada entidade filiada, uma vez que cada instituição adquiriu uma quantidade específica de OFNDs.

No final do exercício de 2015 foram distribuídos os processos de liquidação de sentença tendo a FAELBA ficado enquadrada no Grupo G-9 de acordo com o deliberado em Assembleia da ABRAPP. Em 2016 foi protocolada petição requerendo juntada da certidão de objeto e pé da ação ordinária nº 910123902-3 para comprovação do transito e julgado. Aguardando despacho da determinação para de citação da União.

b) Contingências passivas

Mandado de segurança do PIS e da COFINS

Em agosto de 2007, a FAELBA, por entender indevida a cobrança do PIS e COFINS em função da sua atividade, impetrou através do escritório Linhares & Advogados Associados o mandado de segurança para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS. O processo foi e acolhido parcialmente o pleito formulado, tendo a FAELBA interpôsto recurso de apelação para reformar a decisão, que está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região.

A FAELBA enquanto aguarda julgamento do recurso continua efetuando o recolhimento dos tributos de acordo com a legislação vigente.

Auto de infração - CSLL

Em dezembro de 2005 foi lavrado Auto de Infração referente ao lançamento de constituição de crédito tributário de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativa aos períodos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 no valor atualizado de R\$73.152.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Exigível contingencial—Continuação

b) Contingências passivas

Auto de infração - CSLL

Em janeiro de 2006 a Entidade impugnou o auto através do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados e não efetuou provisão contábil deste montante por entender, conforme parecer jurídico, ser remota a probabilidade de perda para os exercícios de 1997 e 1998, por conta da decadência, reconhecida pela DRJ - de Salvador - Receita Federal do Brasil (RFB) e possível relativo ao mérito para os exercícios de 1999 a 2001 a probabilidade de execução da referida exigência fiscal. Em janeiro de 2014 os autos foram remetidos para o Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais em que aguardam o julgamento.

12. Patrimônio de cobertura do plano

Compreende os recursos líquidos dos planos com finalidade exclusiva de cobrir os respectivos benefícios previdenciários. É o resultado da soma das provisões matemáticas e do equilíbrio técnico.

Para atendimento da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e da Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, e suas alterações, que estabelecem parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos planos de benefícios da FAELBA no encerramento do exercício de 2016 foi apresentada através de relatório atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade. Os cálculos atuariais são efetuados pela Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda., atuários independentes contratados pela Entidade.

O parecer do atuário independente relativo ao exercício de 2016 foi datado de 10 de março de 2017 (29 de fevereiro de 2016 para o exercício de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2016 e 2015:

Exercício 2016

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,33%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	2,43% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	qx SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%	q _x da CSO-58* (masculino)
Tábua de mortalidade de inválidos	qxi = qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	i₂ da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos.	-

^(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para a patrocinadora Tracol.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

Exercício 2015

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,10%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	2,43% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	$q_{x}\text{da}$ AT-2000 (masculina) desagravada em 15%	q _x da CSO-58*
Tábua de mortalidade de inválidos	q_x^i = q_x da AT-83 (masculina) desagravada em 10%	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	i₂ da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos.	_

^(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para o patrocinador Tracol.

Em 31 de dezembro de 2016, as provisões matemáticas dos planos e o superávit técnico acumulado estão assim demonstrados:

Consolidado

	2016	2015
Benefícios concedidos	956.388	831.763
Contribuição definida Benefício definido estruturado em regime de capitalização	568.436 387.952	468.520 363.243
Benefícios a conceder	551.799	548.786
Contribuição definida Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado Resíduo valoração mensal de cotas	549.805 6.811 425 (5.242)	546.516 5.725 428 (3.883)
Equilíbrio técnico	75.441	77.959
Patrimônio de cobertura do plano	1.583.628	1.458.508

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

Plano BD

387.952	363.243 363.243
367.952	303.243
7.236	6.153
6.811	5.725
425	428
75.441	77.959
470.630	447.355
	387.952 7.236 6.811 425 75.441

Plano CD

	2016	2015
Benefícios concedidos	568.436	468.520
Contribuição definida	568.436	468.520
Benefícios a conceder	544.563	542.633
Contribuição definida	549.805	546.516
Resíduo valoração mensal de cotas	(5.242)	(3.883)
Patrimônio de cobertura do plano	1.112.999	1.011.153

As provisões matemáticas do plano de benefício definido (BD) foram constituídas com base nos cálculos atuariais. As provisões matemáticas do plano de contribuição definida (CD) foram constituídas com base no somatório dos créditos acumulados e capitalizados nas contas individuais dos participantes. O equilíbrio técnico é apurado pela diferença entre o patrimônio de cobertura do plano e as provisões matemáticas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

A situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários (BD) nº 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior) bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,33% ao ano, em função da necessidade de adequação ao limite para adoção de taxa real de juros estabelecido pela legislação vigente e das tábuas de mortalidade geral "qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%" e de

mortalidade de inválidos " $^{q_X^1=q_X}$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)", adotadas em função dos resultados apresentados no Estudo de Adequação de Hipóteses do Plano, apresentou em 31 de dezembro de 2016 um superávit técnico acumulado de R\$ 81.082 equivalente a 20,52% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 395.188, cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 75.441 discriminado como Reserva de Contingência (equivalente a 19,09% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 5.640, como Reserva Especial para Revisão de Plano. Conforme a Resolução MPS/CGPC 26/2008 e alterações, após o decurso de 3 (três) exercícios consecutivos haverá destinação obrigatória integral da Reserva Especial para Revisão de Plano apurada em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 5.640.

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e suas alterações, foram suspensas em definitivo todas as contribuições do plano BD, parte participante e a contrapartida patronal, conforme estabelecido na avaliação atuarial. Os valores das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura do plano, correspondem ao valor presente dos benefícios do plano referido no inciso I do artigo 25 da citada Resolução.

A rentabilidade nominal líquida do plano de benefício definido (BD) obtida ao longo de 2016 foi de 13,99% (18,41% em 2015), contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,79% (15,52% em 2015), o que, em termos reais, representou obter 6,16% (6,70% em 2015), contra uma expectativa atuarial de 4,10% ao ano, aplicado o INPC do IBGE, com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do plano.

A rentabilidade líquida do plano de contribuição definida (CD) expressada pela variação positiva da cota que ao longo de 2016 foi de 14,24% (12,02% em 2015) para o perfil Básico, 24,33% (negativa de 8,83% em 2015) para o perfil Diferenciado e 13,33% (12,98% em 2015) para o perfil Conservador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

Taxa de juros

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, tomamos por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em agosto de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31 de dezembro de 2015 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31 de dezembro de 2015, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016.

Conforme apresentado no JM/0209/2017, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,21% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,21% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC Nº 186 de 28/04/2016, para a Duração do Passivo de 9,45 anos, que varia de 4,33% ao ano até 6,59% ao ano.

Neste contexto, após a FAELBA solicitar a PREVIC a manutenção da Taxa Real de Juros de 4,10% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, o pleito foi negado pela PREVIC e a FAELBA optou por adotar a Taxa Real de Juros de 4,33% ao ano, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.

Ajuste de precificação

A Resolução CGPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, tendo como principais alterações os avanços na precificação dos passivos atuariais dos planos de benefícios, o reforço da necessidade de adequação das premissas às características dos planos e a padronização da forma de cálculo da duração do passivo (duration). Ver Nota explicativa 9.b.

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit. A FAELBA adotou a referida Resolução desde o exercício de 2014, estando aderente às premissas para apurar o resultado, destinar e utilizar o valor registrado como reserva especial para revisão de plano.

Segundo o artigo 11 o valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2016	2015	Variação (%)
Equilíbrio técnico (a)	75.441	77.959	(3)
Ajuste de precificação (b)	44.962	50.469	(11)
Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	120.403	128.428	(2)

Regra de solvência

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios para destinação e utilização do superávit dos planos de benefícios previdenciários, em função da *duration* do passivo atuarial, ou seja, o horizonte de tempo dos fluxos de caixa dos planos de benefícios. Anterior à Resolução nº 22, quando da ocorrência de superávit, esse deveria ser registrado na reserva de contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas. Com o advento da Resolução nº 22, o limite da reserva de contingência passa a ser proporcional à duração do passivo do plano, dado pela fórmula 10% + (*duration* x 1%).

Sendo a *duration* do plano BD de 9,09 anos (9,45 anos em 2015) foi adotado para cálculo da reserva de contingência o limite de 19,09% das provisões matemáticas reavaliadas em 31 de dezembro de 2016, em substituição ao limite de 25%, conforme estabelecido pelas novas regras apresentadas pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

Da destinação da reserva especial

A destinação integral da reserva especial para revisão de plano no valor de R\$ 5.640 apurado no exercício de 2016, distribuídos à razão de 53,43% para participantes e assistidos e 46,57% para o patrocinador, com base nas contribuições normais, se apresenta conforme segue:

Distribuição	2016	2015
Assistidos	2.981	8.288
Participantes	33	99
Patrocinador	2.626	7.309
Total	5.640	15.696

13. Fundos

a) Fundos previdenciais

Constituído para dar garantias aos respectivos planos de benefícios previdenciais de possíveis desequilíbrios, e cuja constituição e reversão são efetuadas com base em parecer atuarial. É atualizado pela rentabilidade dos seus respectivos planos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Fundos -- Continuação

a) Fundos previdenciais -- Continuação

a.1) Plano BD

Em conformidade com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012, que estabeleceu critérios para apuração do resultado, destinação e utilização do superávit das EFPC, o valor registrado como reserva para revisão do plano (que corresponde à parcela do superávit excedente ao valor registrado como reserva de contingência) na posição de 31 de dezembro de 2016 está sendo utilizado para concessão de "benefício temporário" para os participantes com a devida contrapartida da patrocinadora COELBA, registrado em fundo específico e cuja reversão deve ser aprovada pela PREVIC.

Abaixo apresentamos os saldos na posição 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Conta	Nome da conta	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
	Tronio da conta	01/12/2010	01/12/2010
232100000000	Fundos previdenciais	34.682	39.313
232102000000	Revisão de plano	33.919	38.620
	Fundo benefício temporário participantes	148	100
	Fundo benefício temporário assistidos	8.804	8.598
	Fundo COELBA	24.967	29.922
232103000000	Outros - Previsto em nota técnica atuarial	762	693
	Participantes	762	693

Revisão de plano

Fundo Beneficio Temporário Participantes: R\$148 (R\$100 em 2015)

Constituído exclusivamente pelos benefícios temporários a serem pagos aos ativos, inclusive autopatrocinados e optantes pelo beneficio patrocinado definido - BPD, no ato da aposentadoria.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento de 1,35 benefícios temporários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Fundos -- Continuação

- a) Fundos previdenciais -- Continuação
 - a.1) Plano BD--Continuação

Revisão de plano--Continuação

Fundo Benefício Temporário Assistidos: R\$8.804 (R\$8.598 em 2015)

Constituído exclusivamente pelos benefícios temporários oriundos da distribuição do superávit.

Em agosto de 2016, o valor de R\$ 345, do fundo benefício temporário assistidos superávit 2014, foi reclassificado para o exigível operacional, por se tratar de valores a pagar a beneficiários. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 357, atualizado pela rentabilidade do plano.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento de 1,35 benefícios temporários a serem pagos após aprovação pela PREVIC.

Fundo COELBA: R\$24.967 (R\$ 29.922 em 2015)

Constituído pela contrapartida patronal referente a todos os benefícios temporários pagos aos participantes e assistidos.

Fundo COELBA - revertido 2015: R\$12.656 (R\$20.441 em 2015)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente a todos os benefícios temporários dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 destinados aos participantes e assistidos.

Em Novembro de 2016 a PREVIC por meio do Ofício nº 3635/CGTR/DITEC aprovou a reversão em 36 parcelas do fundo especial ao patrocinador. Por solicitação da patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do plano CD, ciclo iniciado a partir de novembro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Fundos -- Continuação

- a) Fundos previdenciais -- Continuação
 - a.1) Plano BD--Continuação

Revisão de plano--Continuação

ii) Fundo COELBA - distribuição superávit 2014: R\$1.747 (R\$2.172 em 2015)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos benefícios temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2014.

Em março de 2016, a PREVIC aprovou a reversão em 36 parcelas dos valores do Fundo COELBA constituído pela contrapartida patronal referente a distribuição voluntária do Superávit no exercício de 2014, por meio do Ofício nº 583/CGTR/DITEC/PREVIC de 08 de março de 2016. Por solicitação da patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do plano CD, ciclo iniciado a partir de abril de 2016.

iii) Fundo COELBA - distribuição superávit: R\$7.938 (R\$7.309 em 2015)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos benefícios temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2015.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou a destinação ao patrocinador COELBA, a título de reversão de contribuições, a partir da aprovação da PREVIC, em conformidade com o regulamento do plano.

iv) Outros - previstos em nota técnica atuarial

Fundo Benefício Temporário: R\$ 762 (R\$ 693 em 2015)

Fundo constituído pelos valores remanescentes a pagar dos benefícios temporários de exercícios anteriores e atualizado pela rentabilidade do plano BD.

a.2) Plano CD

Resíduo da reserva: R\$ 1.290 (R\$ 809 em 2015)

Constituído pela parcela da reserva formada pelas contribuições do patrocinador, não resgatáveis pelo participante no momento do seu desligamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Fundos--Continuação

a) Fundos previdenciais--Continuação

a.2) Plano CD

Em setembro de 2006 foi transferido do fundo de resíduo de reserva do patrocinador Tracol Serviços Elétricos Ltda. o valor de R\$104 para compensação de parcelas vencidas e vincendas do patrocinador, conforme autorização do Conselho Deliberativo.

O valor foi registrado em receitas futuras e corrigido pela rentabilidade do plano CD. Em dezembro 2016 o saldo residual para compensação era de R\$40 (R\$35 em 2015).

Fundo de risco: R\$5.017 (R\$4.349 em 2015)

Fundo constituído pelos patrocinadores para cobertura da parcela da reserva que seria constituída pelo participante no período compreendido entre a idade de ocorrência do sinistro (morte /invalidez) e a idade para aposentadoria.

b) Fundos administrativos

O fundo da gestão administrativa é constituído pelo ativo permanente, pela diferença positiva entre as receitas provenientes das fontes de custeio definidas no regulamento do PGA e as despesas administrativas, e atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos administrativos. Esse fundo é destinado à cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios previdenciários, bem como assegurar a cobertura do ativo permanente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas comuns: rateadas na proporcionalidade de 30% para o plano BD e 70% para o plano CD; e
- Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2016 era de R\$38.036 (R\$35.403 em 2015) distribuídos da seguinte forma:

Fundo administrativo	2016	2015
Beneficio definido	6.962	7.328
Contribuição definida	31.074	28.075
	38.036	35.403
	38.036	35

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Fundos--Continuação

c) Fundos dos investimentos

O fundo dos investimentos é constituído pela taxa de risco cobrada na concessão do empréstimo, com o objetivo de assegurar a quitação do saldo na eventualidade de falecimento do devedor. É atualizado monetariamente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.074 (R\$1.731 em 31 de dezembro de 2015) distribuídos da seguinte forma:

Fundo de investimento	2016	2015
Beneficio definido	5	-
Contribuição definida	2.069	1.731
	2.074	1.731

14. Apresentação dos efeitos de consolidação

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa ("PGA")", no ativo, e "Participação no fundo administrativo do PGA", no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada plano de benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo plano de benefícios previdenciários em contas do ativo e passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas) permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

Augusto da Silva Reis Diretor Superintendente CPF nº 175.733.005-49

Francisco Artur de Lima Moacyr Diretor Administrativo-Financeiro

CPF nº 091.815/715-34

Alvaro Moreira de Pinho Neto Diretor de Seguridade CPF nº 220.660.125-72

Selina Petersen Pinto da Silva Souza Contadora - CRC - BA - 020885/O CPF nº 677.099.235-34



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : SELINA PETERSEN PINTO DA SILVA SOUZA

REGISTRO.....: BA-020885/O-7 CATEGORIA....: CONTADOR CPF.....: 677.099.235-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCBA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: SALVADOR, 06.03.2017 as 22:11:00.

Válido até: 31.03.2017. Código de Controle: 204377.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCBA.



RESOLUÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA Nº 001/2017

A Diretoria Executiva da FAELBA, no uso de suas atribuições estatutárias, de acordo com o parágrafo único, do art. 47, do Estatuto Social da Fundação, RESOLVE que o Diretor Superintendente - Sr. Augusto da Silva Reis acumulará a Diretoria Administrativa - Financeira da Fundação no período de 02 a 31 de março de 2017, quando o Diretor Administrativo - Financeiro - Sr. Francisco Artur de Lima Moacyr estará de férias.

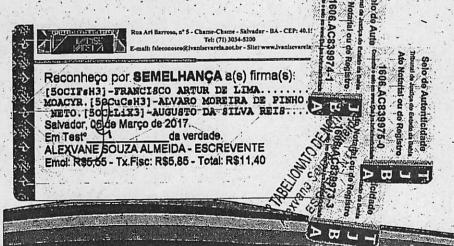
Salvador, 24 de fevereiro de 2017.

Francisco Artur de Lima Moacyr Diretor Administrativo-Financeiro

f LUIU

Alvaro Moreira de Pinho Neto Diretor de Seguridade

Augusto da Silva Reis Diretor - Superintendente





PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais, conforme estabelece o art. 39, inciso II, do Estatuto Social da FAELBA — Fundação COELBA de Previdência Complementar, este Colegiado examinou os relatórios e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Analisamos as Demonstrações Atuariais dos planos de benefícios previdenciários, emitidas em 10 de março de 2017 pela consultoria Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas por (i) Balanço Patrimonial Consolidado; (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada); (iii) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada); (iv) Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdenciário; (v) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdenciário; (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT por plano de benefício previdenciário; (vii) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras consolidadas; e (viii) Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young emitido em 17 de março de 2017.

As Demonstrações acima referidas representam adequadamente em todos os seus aspectos as posições Patrimonial e Financeira da FAELBA.

Recomendamos a aprovação das Demonstrações mencionadas, conforme estabelece o art. 20, inciso X, do Estatuto da Fundação.

Salvador, 17 de março de 2017.

Carmelita Novais dos Santos

Presidente

Ceonida Jeurieus hillo Leônidas Henriques Filho

Roque da Silveira



EXTRATO DA ATA DA 372" REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FAELBA - FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: 24 de março de 2017, às 14h30, na Sede da Faelba, na Cidade de Salvador – Bahia.

CONSELHEIROS PRESENTES: Ricardo José Barros Valente, Antônio Fernando Guedes de Brito Costa; Belarmino de Castro Dourado, Olegário da Silva Ferraz, Milton Menezes Campos Filho e Sérgio Souto Maia M. de Mello.

CONSELHEIROS CONVIDADOS: Marcio Caires Vasconcelos

ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÃO: 1.1) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2016; 1.2) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS 2016 PLANO BD E PLANO CD

1) DELIBERAÇÃO:

1.1) Demonstrações Financeiras Exercício 2016 - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2016, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado a metodologia de análise das Demonstrações Financeiras adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O documento apresentado fica anexo a esta ata.

Deliberação: O Conselho deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, conforme apresentadas ao Colegiado.

1.2) Demonstrações Atuariais 2016 Plano BD e Plano CD - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Atuariais (DA's) do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da Faelba - patrocinado pela Coelba, CNPB nº 19.740.005-83, do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Coelba/Faelba, CNPB nº 19.980.036-47, e do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Tracol, CNPB nº 19.980.036-47, referentes ao exercício de 2016, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado sobre a metodologia de apreciação das Demonstrações Atuariais adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Os documentos ficam anexos a esta ata.

Deliberação - O Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Atuariais, conforme apresentadas ao Colegiado.

Salvador, 24 de março de 2017.

Ricardo José Barros Valente

Presidente do Conselho Deliberativo